



A GESTÃO DEMOCRÁTICA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: ANÁLISES E REFLEXÕES INTERPOSTAS PELO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ana Claudia Gomes RODRIGUES¹ (UEG)
Francielly Ferreira GONÇALVES² (UEG)
Carla Salomé Margarida de SOUZA³ (UEG)

GT 7 - Estágio Supervisionado

Resumo

Não são poucos os dilemas enfrentados pelos profissionais da educação quando são desafiados a planejar a escola. Pesquisas apontam que um dos maiores desafios para a escola ainda refere-se à gestão democrática do projeto político pedagógico em todas as suas fases. As escolas ainda estão invariavelmente destituídas de espaço coletivo e democrático em sua organização. Percebe-se que as escolas necessitam mudar sua organização de trabalho, seu espaço de ação para a construção e execução de um Projeto Político – Pedagógico (PPP) de fato e de direito participativo. O presente artigo visa discutir a gestão democrática do projeto político-pedagógico, mediante análises e reflexões interpostas pelo estágio supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental. É resultado de uma pesquisa bibliográfica na concepção teórica de: Veiga (2002, 2004 e 2009), Nogueira (2009), Caria (2011), entre outros; associada a uma pesquisa empírica realizada em uma das escolas públicas do município de Inhumas- Goiás, por meio de entrevista com a equipe gestora, com o objetivo de analisar e refletir sobre como os procedimentos e medidas adotadas pelo grupo gestor de forma a articular a gestão democrática do projeto político pedagógico. A pesquisa foi pautada na seguinte problemática: Como as escolas poderiam se articular de forma a garantir o inter-relacionamento efetivo do PPP na gestão democrática? Onde visaremos desvelar porquê esta combinação indissociável é fundamental para um modelo educacional com primórdios a alcançar com êxito a qualidade na educação, como ato de transparência, e como meio de democratizar as ideias educativas.

Palavras-chave: Estágio supervisionado. Gestão democrática. Projeto político-pedagógico.

1 **Ana Cláudia Gomes RODRIGUES**, graduanda no 4º ano do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) Câmpus Inhumas, e-mail: anapedagogia20@outlook.com

2 **Francielly Ferreira GONÇALVES**, graduanda no 4º ano do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) Câmpus Inhumas, e-mail: meninafranci@yahoo.com.br

3 **Carla Salomé Margarida de SOUZA**, especialista em Docência Universitária pela FAGO/GO (2005), especialista em Educação para a Diversidade e Cidadania pela Faculdade de Direito, PDH da UFG/GO (2012) e especialista em LIBRAS pela Faculdade Delta (2013). Docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Inhumas, e-mail: c.salome@hotmail.com



Introdução

Um dos aspectos mais relevantes das políticas educacionais é o modelo de gestão que deve ser aplicado nas escolas. Essa política determina que as escolas de educação básica devem adotar o modelo de gestão democrática, tendo como princípio fundamental a participação (Lei n.º 9.394/96, artigos. 3, VIII; 12; 13; 14). Porém, são poucas as escolas brasileiras geridas com base nesse princípio e um instrumento propício para deslanchar a gestão democrática, participativa, na escola é o Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Tendo em vista esse grande desafio vivenciado pelas escolas, considerando as análises e reflexões interpostas pela disciplina de estágio supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamentalII, disciplina essa, integrante da matriz curricular do 7º período do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Inhumas, o presente artigo discutirá a gestão democrática do projeto político-pedagógico, por meio des referenciais teóricos contemplados na disciplina de Estágio supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental, associado ao estudo do PPP de uma das escolas campo de estágio, e também entrevista que realizamos com a equipe gestora dessa mesma escola.

Abordaremos a importância de se efetivar uma gestão democrática para a gestão de um PPP participativo, pois não se pode pensar em uma escola que busque a qualidade de ensino sem que construa e vivencie coletivamente o Projeto Político-Pedagógico e não podemos efetivar uma gestão escolar democrática sem que se vivencie a construção, a execução e a avaliação coletiva do projeto político-pedagógico.

Como fazer uma escola diferente? Eis a pergunta mais usada em debates para quem leva a educação a sério. A escola em sua plena gestão democrática deve vir identificar os problemas da comunidade e procurar maneiras de saná-los, trazendo a família para perto do convívio direto, e de maneira sucinta ampliar os suportes que podem melhorar a qualidade no ensino.

1. O Estágio Supervisionado – relação teoria e prática fundamentada na reflexão

O estágio como disciplina curricular nos permite relacionar sempre a teoria e a prática de maneira indissociável, promovendo articulações que possibilitam a construção de uma prática educativa transformadora. Segundo Santos (2014):



O papel do estágio é de possibilitar ao profissional em formação uma visão ampla e profunda do processo e da prática educativa; é um campo de possibilidades oferecido aos estagiários de refletir, de estabelecer relações entre as variáveis que compõem a docência e articular propostas concretas para a construção de uma prática educativa transformadora. (SANTOS, 2014 p.44).

O estágio durante a formação se torna peça fundamental para a criação de nossa práxis e a criação de novas possibilidades na formação da identidade profissional. Segundo Gomes (2009 p.74): “o estágio é teoria e prática ao mesmo tempo, pois toda prática subentende uma teoria que a informa”.

O estágio curricular proporciona aproximação do campo profissional da docência no Ensino Fundamental, por meio da relação constante entre teoria e prática que amplia as possibilidades de construção de uma prática educativa transformadora no trabalho com as crianças.

Segundo Pimenta e Lima (2005/2006, p.6) “o estágio se produz na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas”. O estágio como disciplina curricular no curso de formação de professores oferece ao acadêmico uma visão ampla das práticas educativas desenvolvidas dentro de um contexto escolar, oferecendo “um constructo teórico-prático significativo que realmente possa contribuir para o processo de formação docente, uma vez que muitos são os desafios e os impasses a serem enfrentados pelos estagiários na compreensão da relação entre teoria e prática” (SANTOS, 2014, p.44).

Pode-se ainda, afirmar que, o estágio como disciplina curricular se torna um fator de grande valia na construção da identidade profissional, identificando desafios e possibilidades da profissão. Segundo Calderano (2012, p.252) o estágio:

Trata-se de um momento intenso de articulação entre as diferentes facetas que constitui o trabalho pedagógico: observar, investigar, analisar, propor, desenvolver, envolver-se, realizar, avaliar, sistematizar e continuar o processo cíclico crescente de aprender e favorecer o aprendizado, de ensinar e ajudar a ensinar, tendo sempre como perspectiva de uma construção permanente de conhecimentos em termos acadêmicos, profissionais, históricos, culturais e sociais.

Por se tratar de um trabalho construído coletivamente, o estágio se torna ferramenta reflexiva tanto para o acadêmico, quanto para o professor-orientador, uma vez que propõem:



“O estágio prepara para um trabalho docente coletivo, uma vez que o ensino não é um assunto individual do professor, pois a tarefa escolar é resultado das ações coletivas dos professores e das práticas institucionais em contextos sociais, históricos e culturais” (PIMENTA e LIMA 2005/2006, p.21).

[...] a mobilização de pesquisas para ampliar a compreensão das situações vivenciadas e observadas nas escolas, nos sistemas de ensino e nas demais situações, como pode provocar a partir dessa vivencia, a elaboração de projetos de pesquisa a ser desenvolvidos concomitantemente ou após o período de estágio” (PIMENTA e LIMA 2005/2006, p.17).

Nesse sentido, é possível perceber que o estágio permite uma reflexão permanente do trabalho á qual esta sendo desenvolvido no âmbito escolar, proporcionando ao acadêmico um trabalho autônomo, ainda que orientado, dando a oportunidade de uma intensa práxis durante todo o período de formação e indo além da formação para o âmbito profissional.

2. A gestão democrática do projeto político-pedagógico

Dialogar sobre gestão democrática e projeto político pedagógico torna-se cada vez mais necessário quando pensamos em escola pública. Partimos do pressuposto de que gestão democrática e projeto político-pedagógico são temas intimamente interligados uma vez que não é possível construir um projeto político pedagógico coletivo sem a efetivação de uma gestão democrática, e ao mesmo tempo, é pela gestão democrática que se constrói e se vivencia um projeto participativo. Por isso, a abordagem deste artigo, confere à gestão democrática, um sinônimo de gestão participativa.

Para Dourado (2002), a gestão democrática constitui-se como um processo de aprendizado e de luta política, possibilitando a criação e efetivação de canais de participação, de aprendizado do jogo democrático, que nos possibilita refletir sobre as vivências autoritárias para transformá-las em vivências democráticas.

Pesquisando os princípios constitucionais pelos quais a escola pública deve se orientar nota-se que o artigo 206, inciso VI da Constituição Federal de 1988, estabelece como modelo de gestão para as escolas públicas de educação básica a gestão democrática. Em concordância a esse princípio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96, também ratifica o modelo de gestão democrática em seu artigo 3º inciso VIII “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. (BRASIL, 1996)



Entendemos que a legislação atual aponta a vivência de medidas participativas sob a forma de gestão democrática segundo o artigo 14 da LDBEN nº 9394/96

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

Nesse sentido, observa-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fundamenta a interface da gestão democrática e projeto político-pedagógico, quando oportuniza a participação dos profissionais da educação na elaboração do PPP.

De acordo com Ferreira (2006) a gestão democrática se faz de forma coletiva na prática quando,

[...] se tomam decisões sobre todo o projeto político pedagógico, sobre as finalidades e objetivos do planejamento dos cursos, das disciplinas, dos planos de estudos, do elenco disciplinar e os respectivos conteúdos, sobre as atividades dos professores e dos alunos necessárias para a sua consecução, sobre os ambientes de aprendizagem, recursos humanos, físicos e financeiros necessários, os tipos, modos e procedimentos de avaliação e o tempo para sua realização. É quando se organiza e se administra coletivamente todo esse processo [...] (p.310).

O que se percebe na interface da gestão democrática e PPP, é que ambos permitem que direção, conselho escolar, equipe pedagógica, alunos, pais e a comunidade local participem da gestão da educação. E isso, nos remete à necessidade de pensar no caráter participativo do projeto político pedagógico não somente na fase de elaboração, mas na fase de execução e também avaliação. Veiga (2009) nos chama a atenção para que a construção, a execução e a avaliação do projeto político-pedagógico sejam práticas sociais coletivas, fruto da reflexão e da consistência de propósitos e intencionalidades.

Portanto, depois de construído, o PPP não pode ser engavetado na sala do diretor ou da coordenação pedagógica. Ele é um instrumento que deve ser vivenciado por todas as pessoas envolvidas na escola. Veiga e Resende afirmam que “ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo na escola” (1998, p.13).

Na medida em que se procura democratizar a escola coloca em discussão a prática que se desenvolve com autonomia. Esta autonomia pode ser entendida como a capacidade de governar-se, e se dirigir-se dentro dos limites definidos pelas legislações e pelos órgãos do sistema educacional, ajudando



nas responsabilidades.

Nogueira (2009) ressalta que muitas das vezes ocorre o planejamento participativo do PPP no início do ano letivo, cumprindo assim seu papel burocrático e que posteriormente o documento é engavetado, não sendo avaliado no decorrer do ano letivo, para repensar e se reorganizar para o próximo ano. Nota-se que é necessário repensar as propostas elencadas para o ano executado e aquilo que não deu certo é pôr as ideias no papel e reprojeter para atingir novos objetivos. De uma maneira democrática a opinião não somente da parte pedagógica, mas de toda a comunidade escolar no processo é indispensável e fundamental.

3. Análises e reflexões interpostas pelo estágio supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental.

Na primeira fase das atividades de estágio supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental I realizamos a análise do projeto político pedagógico da escola campo de estágio e refletimos a luz dos referenciais teóricos, como o PPP da escola está estruturado e como a unidade escolar articula a gestão desse projeto na elaboração, na execução e na avaliação.

A disciplina de estágio supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental I é de relevância considerável na mediação das reflexões sobre a organização do trabalho pedagógico da escola e nas reflexões sobre a articulação da gestão para construir e vivenciar no dia-a-dia um PPP participativo.

O estudo do PPP da unidade escolar pesquisada levou-nos a observar toda a estrutura organizacional de uma escola e também tivemos a oportunidade de analisar os tópicos abordados na elaboração do PPP, ou seja, o que é abordado e como está organizado esse documento. Onde notamos que de acordo com Marçal (2001), está estruturado em três tópicos, sendo eles: Marco Situacional, Marco Conceitual e, Marco Operacional.

O tópico marco situacional aborda os seguintes temas: identificação (forma de estrutura da instituição), histórico, espaços físicos, recursos didáticos, recursos financeiros, professores e funcionários, caracterização do alunado, objetivos, e objetivos específicos. O Marco Conceitual ressalta sobre os temas: a Filosofia, gestão democrática, conselho escolar, ensino e aprendizagem, programa mais educação, planejamento, diversidade, necessidades educacionais especiais, prevenção e enfrentamento ao bullying, currículo, matriz curricular, objetivos do ensino fundamental, metodologia, avaliação. E como terceiro tópico, o Marco



Operacional, aborda a sistemática de planejamento, sistemática de avaliações, recuperação, promoção, classificação e reclassificação, matrícula, calendário escolar e avaliação do projeto político pedagógico.

Além do PPP da escola pesquisada apontar seus autores envolvidos na sua construção, sendo toda a comunidade escolar, ressalta que sua elaboração se deu pela necessidade de planejar e replanejar, estabelecendo metas e ações para dar sentido à prática pedagógica. De forma que percebemos coerência da escola com as concepções de Caria (2011, p. 8), quando estabelece como um importante princípio para a construção do projeto político-pedagógico o “Planejar como construção de sentido para o caminhar da comunidade escolar.” Nas palavras de Vasconcellos, o PPP “é o processo que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar”(2002, p.169).

Nesse sentido, percebe-se que o projeto político-pedagógico aponta um rumo, uma direção, um sentido específico para um compromisso estabelecido coletivamente. Veiga (2004, p.38) afirma:

O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo relações horizontais no interior da escola.

A filosofia da escola baseia-se no constante exemplo e busca de fundamentação teórica e prática de outras instituições escolares, visando o despertar do espírito crítico sobre as ideologias dominantes construindo sua base filosófica, baseando-se na verdade, de uma forma democrática e participativa.

A diretora diz que sua gestão é democrática e nos afirma que as decisões são tomadas com a participação de todos os membros da escola e relata que a instituição se destaca “não apenas pelo trabalho da gestão escolar, mas se dá também pela participação da comunidade como um todo”.

Com relação a avaliado do PPP da escola pesquisada, acontece a cada final de semestre letivo para que desta maneira a avaliação venha se efetivar de forma contínua com revisão das ações planejadas e executadas em seus aspectos negativos e positivos alinhados, visando



novas estratégias de ensino e aprendizagem. Conforme Veiga (2009, p. 164) “Ao nos referirmos ao projeto político-pedagógico fica claro que construí-lo, executá-lo e avaliá-lo é tarefa da escola.” Assim sendo, faz - se necessário, a escola reunir a comunidade escolar para não só elaborar o PPP, mas também que se tenham momentos definidos para executá-lo e também avaliá-lo.

A ideia-chave de projeto é, então, de unidade e considera o coletivo em suas dimensões de qualidade técnico-política e de democracia participativa. A construção, a execução e a avaliação do projeto são práticas sociais coletivas, fruto da reflexão e da consistência de propósitos e intencionalidades. (VEIGA, 2009, p. 165)

Nesta instituição ao qual nos referimos neste tópico, nos deparamos com um modelo claro de gestão democrática. Segundo a fala da diretora da Instituição, o PPP é construído de maneira coletiva no início do ano letivo, depois de catalogado e aprovado por todos os funcionários é impresso e deixado na secretaria escolar, sendo de fácil acesso para quais quer pessoas que o solicite.

“Quanto aos funcionários, tem participação ativa em tudo, sendo ouvidas queixas, sugestões, indagações e questionamentos quanto à gestão da escola. A diretora acrescentou em sua entrevista que não ocorrem represálias quanto à opinião dos funcionários sendo para o positivo e para o negativo considerando normal não agradar a todos”. (Com sorriso e tranquilidade fala do assunto). Percebemos fundamentação teórica na fala da diretora em Veiga (2009, p. 165) “É tarefa imprescindível da escola democrática, ouvir palavra de sua comunidade escolar.”

A escola pesquisada se esforça com diferentes medidas para somar esforços de forma a construir e vivenciar a gestão democrática do PPP em todas as suas fases. Nos foi relatado mediante a entrevista, que ocorre reuniões a cada bimestre, o chamado conselho de classe, e a cada dois meses há o momento coletivo em que são feitas colocações e repensados modo de atuação da escola mediante acompanhamento do projeto político-pedagógico visando a melhoria na qualidade do ensino e educação. E conforme Veiga (2009, p. 167) “O projeto político-pedagógico, ao dar uma nova identidade à escola, contempla em suas reflexões a questão da educação de qualidade.”



Com este modelo de gestão democrática e o PPP, sendo usado como ferramenta na educação onde as crianças serão o alvo de todo o processo educativo nos damos conta que este resultado será alcançado com maestria. Partindo do pressuposto de que este modelo adotado na instituição é o aconselhável para que as crianças vejam e sejam o próprio resultado dos esforços trabalhados arduamente.

Considerações finais

O Projeto Político-Pedagógico é o instrumento que propicia a organização e a participação da comunidade escolar. Por meio de sua construção se busca, de forma coletiva e democrática, a discussão dos problemas da escola e suas possíveis soluções. Isso é imprescindível para que cada unidade escolar levante suas dificuldades e potencialidades, discuta seus problemas e procure soluções dentro de sua realidade.

O Estágio Supervisionado e Docência no Ensino Fundamental I, no curso de pedagogia no Câmpus Inhumas, nos permitiram ampliar as discussões e uma plena articulação entre teoria e práticas, vivências e reflexões que nos enfatizou o que buscamos para ampliar o nosso campo de atuação profissional, com uma perceptiva diferente de não apenas sintetizar do que foi compreendido no transcórre do curso e daquilo que percebemos com a nossa prática. Assim, mediante os fundamentos de todas as discussões e vivências possibilitou-se uma ampliação dos saberes e concepções da prática voltada para os desafios propostos as escolas públicas no que se refere às possibilidades de efetivação de uma gestão escolar democrática, por meio de um projeto político-pedagógico que seja elaborado, executado e avaliado de forma coletiva.

Entendemos a partir de discussões e problemáticas pontuadas pelo estágio supervisionado em si, que uma gestão democrática é de suma importância para a plena autonomia, de se criar dentro do espaço escolar. Pensar num todo que será alvo e beneficiários de todo esse processo, nos enfatiza à proporção que se tem ao conduzir o trabalho de uma via única a aprendizagem.

No projeto Político Pedagógico, deve se atentar as formas práticas, que guiem na realização de todas as etapas do trabalho a ser desenvolvido no ano letivo, bem como os objetivos claros que se tem na instituição escolar, sua equipe, como será feita a execução das



propostas curriculares, e seus conceitos metodológicos.

Com o Projeto Político-Pedagógico a escola tem que adotar ações e maneiras de participação dos pais e familiares, comunidade, professores, administrativos, funcionários da escola e até o alunado. Com estes segmentos que a compõem será possível inovar a pratica no sentido de estimular e valorização coletiva.

Referências

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: maio 2017

CALDERANO, Maria da Assunção. **O Estágio Curricular e os Cursos de Formação de Professores: desafios de uma proposta orgânica**. In: _____. Estágio Curricular: concepções, reflexões teórico-práticas e proposições. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2012.
CARIA, Alcir de Souza. **Projeto Político-Pedagógico: em busca de novos sentidos**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A gestão democrática e a construção de processos coletivos de participação e decisão na escola**. In: AGUIAR, Márcia Ângela da S.; FERREIRA, Naura Syria Carapeto. *Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?* Campinas: Papirus, 2002. p.149-160

FERREIRA, Naura Syria Carapeto.(Org.) **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2006.

GOMES, Marineide de Oliveira. **Formação de professores na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2009.

MARÇAL, Juliane Corrêa. **Progestão: como promover a construção coletiva do Projeto pedagógico da escola**. Módulo III/ Brasília: CONSED: Conselho Nacional de Secretários da Educação, 2001.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. **Projeto Político-Pedagógico: guia prático para construção participativa**. 1ª ed. São Paulo: Editora Érica Ltda, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Estágio e Docência: diferentes concepções**. Revista Poíesis, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24,



2005/2006.

SANTOS, Lindalva Personi. O Estágio Supervisionado e o Professor Supervisor: a construção de saberes e fazeres necessários à prática educativa. In: Semana de Integração de Pedagogia e Letras. 2014, Inhumas. **Anais da III Semana de Integração: Pedagogia e Letras – Educação e Linguagem: novos olhares, novas possibilidades de ensino.** 2014. V.01. p. 44-48.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org) **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. 14ª edição, Papirus, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática:** Novos marcos para a educação de qualidade. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica e educação superior:** projeto político-pedagógico. 3. ed. Campinas: Papirus, 2004.

VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico.** Campinas: Papirus, 1998.